

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UTILIZAÇÃO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS
COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO NA GESTÃO
FINANCEIRA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Fernanda Lemos Dal Pozzolo
Natiela Rossato**

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**UTILIZAÇÃO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS COMO
FERRAMENTA DE AUXÍLIO NA GESTÃO FINANCEIRA DE
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

por

**Fernanda Lemos Dal Pozzolo
Natiela Rossato**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador: Prof. Robson Machado da Rosa

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de
Conclusão de Curso

**UTILIZAÇÃO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS COMO
FERRAMENTA DE AUXÍLIO NA GESTÃO FINANCEIRA DE
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

elaborado por
**Fernanda Lemos Dal Pozzolo e
Natiela Rossato**

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professor Robson Machado da Rosa
(Presidente/Orientador)

Professora Ana Paula Fraga

Professor Luiz Antônio Rossi de Freitas

Santa Maria, 25 de novembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado esta oportunidade de estar aqui em busca de crescimento.

Agradeço a todos os meus amigos, colegas de faculdade e familiares pelo apoio, em especial a minha mãe Elizabete, meu namorado Márcio e meu irmão Peterson que se mantiveram presentes em toda a minha vida acadêmica e mostraram-se compreensivos nos momentos de dificuldade.

Agradeço aos professores que transmitiram os ensinamentos necessários para que eu pudesse alcançar meus objetivos, em especial ao orientador Robson, que dispôs grande parte do tempo nos orientando e auxiliando no que precisássemos. E finalmente a minha amiga e dupla de Trabalho de Conclusão de Curso Natiela, que comigo dividiu as dificuldades e as alegrias deste momento de nossas vidas.

Fernanda Lemos Dal Pozzolo

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por estar sempre guiando meus passos com sua proteção e bênçãos.

A minha família, que sempre me ensinou o valor do trabalho, do amor, da honestidade, da sinceridade e a importância do estudo. Estando sempre ao meu lado e dando-me apoio nas minhas escolhas e decisões.

Agradeço a todos meus amigos e colegas de faculdade pelo apoio que me foi dado durante este período muito importante para minha vida.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte de minha vida acadêmica, em especial ao Professor Robson pelo apoio e tempo dedicados durante o período de orientação.

Agradecimento especial a minha colega e amiga Fernanda por dar-me a oportunidade de terminar o curso sendo sua dupla no trabalho de conclusão.

Natiela Rossato

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

UTILIZAÇÃO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO NA GESTÃO FINANCEIRA DE MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS

AUTORAS: Fernanda Lemos Dal Pozzolo
Natiela Rossato

ORIENTADOR: Robson Machado da Rosa

DATA E LOCAL DA DEFESA: Santa Maria, 25 de novembro de 2011.

Com tantas alterações acontecendo na economia brasileira, os avanços tecnológicos e a globalização, para uma indústria manter-se no mercado é necessário que haja um equilíbrio financeiro. Os atuais gerentes do setor financeiro buscam constantemente manter a liquidez das empresas em geral. Porém, isso é um grande desafio, pois é impossível prever o futuro, para identificar quando haverá a necessidade de captar ou aplicar recursos. Neste contexto, o presente trabalho focou seu estudo na dificuldade das indústrias em projetar o fluxo de caixa. Para atingir o objetivo geral de utilizar as planilhas eletrônicas como ferramenta de auxílio na gestão financeira de micro e pequenas indústrias, foram criadas várias planilhas eletrônicas que são capazes de projetar compras, vendas e o resultado da indústria. Além de ser possível visualizar o fluxo de caixa projetado e comparar com o realizado.

Palavras-chave: Projeção. Fluxo de caixa. Resultado.

ABSTRACT

Course Conclusion Work
Course of Accounting Science
Universidade Federal de Santa Maria

SPREADSHEET USE AS A TOOL TO AID IN THE FINANCIAL MANAGEMENT OF MICRO AND SMALL INDUSTRIES

AUTHOR: Fernanda Lemos Dal Pozzolo
Natiela Rossato

ADVISER: Robson Machado da Rosa

DATE AND PLACE OF DEFENSE: Santa Maria, 25 de novembro de
2011.

With so many changes happening in the Brazilian economy, technological advances and globalization, to keep an industry in the market there must be a financial balance. The current financial sector managers constantly seek to maintain the liquidity of companies in general. But this is still a great challenge because it is impossible to predict the future, to identify when there is no need to raise funds or apply. To assist managers in these industries and reduce the time needed to cash flow problems and provide more time to reflect on the decision-making, we sought to develop a model for projecting cash flow, through spreadsheets. The result of this study was able to create spreadsheets to project procurement, sales and the result of the industry. Besides being able to see the projected cash flow and compare it with the director.

Keywords: Projection. Cash flow. Result.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Esquema básico de custeio por absorção	19
FIGURA 2 - Esquema básico completo do custeio por absorção.....	20
FIGURA 3 - Fluxograma do custeio variável	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planilha Simples Nacional – Indústria	35
Quadro 2 - Modelo de Fluxo de Caixa.....	39
Quadro 3– “Matriz de consumo de matéria-prima por unidade”	42
Quadro 4 – “Quantidades produzidas”	43
Quadro 5 – “Percentual total de compras parceladas e prazo de pagamento”	43
Quadro 6 – “Tributos recuperáveis em porcentagem (PIS, COFINS, ICMS e IPI)”	44
Quadro 7 – “Preços das matérias-primas”	44
Quadro 8 – “Percentuais de vendas parceladas e prazos de recebimento”	45
Quadro 9 – “Preços de venda (R\$)”	45
Quadro 10 – “Quantidade vendida (unidades)”	46
Quadro 11 – “Tributos sobre vendas em porcentagem (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPI, SIMPLES NACIONAL)”	46
Quadro 12 – “Tributos sobre o lucro (em porcentagem)”	47
Quadro 13 – “Ativo imobilizado”	47
Quadro 14 – “Custos e despesas fixos (R\$)”	48
Quadro 15 – “Folha de pagamento para funcionários”	48
Quadro 16 – “Folha de pagamento para sócios”	49
Quadro 17 – “Tributos sobre a folha de pagamento (em porcentagem)”	49
Quadro 18 – “Distribuição de lucros em porcentagem”	50
Quadro 19 – “Férias”	50
Quadro 20 – “13º Salário”	51
Quadro 21 – “Empréstimos e financiamentos”	51
Quadro 22 – “Consumo total de matéria-prima (mensal)”	52
Quadro 23 – “Consumo total de matéria-prima (resumo mensal)”	53
Quadro 24 – “Tributos sobre compras (PIS, COFINS, ICMS e IPI)”	53
Quadro 25 – “Resumo tributos sobre compras”	54
Quadro 26 – “Compras de matéria-prima”	54
Quadro 27 – “Custo das matérias-primas (R\$)”	55
Quadro 28 – “Total de compras”	56
Quadro 29 – “Projeção de pagamentos”	56
Quadro 30 – “Tributos sobre vendas (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPI e Simples Nacional)”	57

Quadro 31 – “Resumo dos tributos sobre vendas (total em Reais)”	58
Quadro 32 – “Total de vendas (R\$)”	58
Quadro 33 – “Projeção de recebimentos”	59
Quadro 34 – “Projeção de empréstimos e financiamentos”	60
Quadro 35 – “Total de juros e total de pagamentos”	61
Quadro 36 – “Folha de pagamento para funcionários (resultado)”	62
Quadro 37 – “Folha de pagamento para sócios (resultado)”	62
Quadro 38 – “Total da folha de pagamento (resultado)”	63
Quadro 39 – “Folha de pagamento para funcionário (fluxo de caixa)”	65
Quadro 40 – “Folha de pagamento para sócios (fluxo de caixa)”	65
Quadro 41 – “Cálculo de férias e 13º salários sobre a folha de pagamento (fluxo de caixa)”	66
Quadro 42 – “Total da folha de pagamento (fluxo de caixa)”	66
Quadro 43 – “Depreciação mensal”	66
Quadro 44 – “Resultado mensal”	67
Quadro 45 – “Fluxo de caixa projetado mensal”	69
Quadro 46 - “Fluxo de caixa projetado, realizado e defasagem mensal (R\$)”	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos.....	12
1.1.1. Objetivo geral.....	12
1.1.2. Objetivos específicos.....	13
1.2. Justificativa.....	13
1.2 Estrutura do trabalho.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. Custos.....	16
2.2. Métodos de custeio.....	18
2.2.1. Custeio por absorção.....	18
2.2.2. Custeio direto/variável.....	22
2.2.3. Custeio baseado em atividades (ABC).....	25
2.2.4. Custeio padrão.....	26
2.2.5. RKW (<i>Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit</i>).....	27
2.3. Tributos.....	27
2.3.1. Formas de tributação.....	28
2.3.1.1. Lucro Real.....	28
2.3.1.2. Lucro Presumido.....	33
2.3.1.3. Simples Nacional.....	34
2.4. A função financeira nas empresas.....	36
2.4.1. Fluxo de caixa.....	36
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	40
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	42
5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

1. INTRODUÇÃO

Com a globalização e as constantes inovações tecnológicas, muitas empresas e indústrias são criadas, mas não conseguem sobreviver por muito tempo. Conforme dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre 2005 e 2008, as maiores causas de mortalidade das empresas estavam relacionadas a falhas gerenciais como: problemas financeiros, falta de capital de giro, falta de conhecimento gerencial e desconhecimento do mercado. Também foram apontadas a falta de planejamento prévio, flutuações na conjuntura econômica, gestão deficiente dos negócios e insuficiência de políticas de apoio.

A atual situação da economia brasileira é de turbulências e incertezas, tornando cada vez mais importante a preservação da liquidez das empresas. Assim, as empresas passaram a ter uma maior preocupação com a sua situação financeira e com seu fluxo de caixa. A contratação de profissionais qualificados que atuem nessas áreas é o primeiro passo para manter a saúde financeira das empresas.

A grande dificuldade dos gerentes financeiros é manter o equilíbrio das entradas e desembolsos das empresas. Nas indústrias essa dificuldade é agravada, por existirem mais etapas do que em empresas de comércio ou serviços, pois o processo é iniciado com a compra da matéria-prima, dos insumos, passando por todo o processo de elaboração do produto até sua venda ao consumidor final.

Desse modo, o gerente financeiro deve ter amplo conhecimento do mercado, saber quais as variáveis que influenciam no desempenho da atividade, conhecer a concorrência, fazer pesquisas de preço e verificar a aceitação do produto no mercado para que possa manter o equilíbrio financeiro de uma indústria. A complexidade financeira deste setor é tamanha, que uma falha na tomada de decisões pode levar ao fechamento da indústria.

Conhecer os custos envolvidos na elaboração dos produtos, o sistema de custeio utilizado e os tributos recolhidos durante todo o processo produtivo até a venda são requisitos indispensáveis para uma boa administração financeira.

Para Zdanowicz (2004), a liquidez das entidades é de suma importância para o cumprimento e manutenção de todas as obrigações financeiras e as atividades de longo e curto prazo. Para analisar e assegurar esta liquidez um instrumento estratégico que deve ser bastante utilizado é o fluxo de caixa.

É neste contexto que este trabalho insere-se, visto que ele tem como tema a utilização de planilhas eletrônicas como ferramenta de auxílio na gestão financeira de micro e pequenas indústrias.

Sabendo ainda que a maioria das empresas sofre com a insuficiência de recursos financeiros para honrar suas obrigações e que isto pode estar relacionado à falta de tempo dos gestores para reflexões mais profundas na tomada de decisões, ocasionando em uma má utilização do dinheiro. A questão a ser respondida neste trabalho é: **como utilizar planilhas eletrônicas como ferramenta de auxílio na gestão financeira?**

1.1 Objetivos

Para o desenvolvimento do trabalho, definiu-se o objetivo geral, que se refere ao resultado esperado ao final do estudo, e os objetivos específicos que são as etapas que serão realizadas para ser alcançado o objetivo geral.

1.1.1. Objetivo geral

Utilização de planilhas eletrônicas como ferramenta de auxílio na gestão financeira de micro e pequenas indústrias.

1.1.2. Objetivos específicos

Para que o objetivo geral deste trabalho fosse alcançado, foram seguidas as seguintes etapas:

- a) Criar planilhas de projeção de resultado através de custeio variável;
- b) Criar planilhas de simulação tributária;
- c) Projetar o fluxo de caixa;
- d) Analisar o fluxo de caixa (projetado *versus* realizado)

1.2. Justificativa

Com o aumento da concorrência em todos os setores do mercado, a gestão financeira das empresas está sendo reconhecida, pois é preciso que estas saibam manter o equilíbrio do fluxo de ingressos e desembolsos, para que possam continuar no mercado.

Diante disso, para garantir sua sobrevivência e crescimento no mercado, as indústrias em geral, devem manter um controle financeiro adequado para saber com exatidão quais são seus gastos. A eficácia da gestão financeira depende da manutenção de um controle das disponibilidades, efetuado por meio de instrumentos confiáveis, oportunizando um melhor gerenciamento dos excedentes de caixa e permitindo que se estime a necessidade de futuros financiamentos. Desse modo, é possível analisar com mais propriedade as opções que dizem respeito à antecipação dos pagamentos de obrigações ou à aplicação dos recursos excedentes.

Todos esses aspectos estão sob a responsabilidade do gerente financeiro, que pode substabelecer responsabilidades, para agilizar o trabalho, mas isso não diminui sua responsabilidade. Portanto, esse profissional deve ser capaz, esforçado e possuir conhecimento da economia do país, estando atento às mudanças no mercado e às

inovações tecnológicas. Além disso, deve conhecer profundamente os custos, os tributos e as finanças da empresa.

Tendo em vista a importância da gestão financeira para o desenvolvimento das indústrias e a dificuldade que estas encontram ao elaborar a projeção de fluxos de caixa, um estudo acerca desses assuntos é de grande utilidade para os gestores financeiros. O modelo de projeção criado possui a finalidade de detectar a necessidade de buscar empréstimos e financiamentos e de indicar a aplicação do excesso de caixa em operações rentáveis para a indústria, conforme o caso. Assim, oportuniza o equilíbrio do fluxo de caixa e reduz a aplicação de recursos próprios e de terceiros nas atividades menos rentáveis.

Sabendo-se que todas as etapas do processo produtivo de uma indústria afetam a projeção do fluxo financeiro e que a complexidade do gerenciamento financeiro se deve justamente a esses aspectos, este estudo visa a elaboração de um modelo de projeção de fluxo de caixa, com base em uma situação hipotética, utilizando-se de planilhas eletrônicas. As planilhas citadas estão abertas para todas as indústrias, independentemente do tipo de tributação.

Portanto, este estudo justifica-se, pois visa auxiliar os gestores da área financeira no alcance de seus objetivos, otimizando custos e maximizando resultados, facilitando a elaboração da projeção do fluxo de caixa e reduzindo, assim, o tempo demandado e o pessoal envolvido.

1.2 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, distribuídos segundo a evolução do estudo.

No capítulo um são apresentados o problema, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa para elaboração do estudo.

O capítulo dois traz o referencial teórico que deu embasamento ao estudo, contendo abordagens sobre orçamento, custos e métodos de custeio; tributos e formas

de tributação, assim como uma abordagem sobre a função financeira nas empresas e o seu fluxo de caixa.

O capítulo três traz os aspectos metodológicos, ou seja, qual metodologia foi utilizada para a elaboração do trabalho.

No capítulo quatro estão as análises dos resultados encontradas na elaboração do estudo.

E, para finalizar, o capítulo cinco que apresenta a conclusão e as sugestões para futuros trabalhos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que os objetivos do presente trabalho fossem atingidos, foi utilizado o referencial teórico apresentado neste capítulo para dar embasamento ao estudo, visto que este referencial é de suma importância para relacionar o trabalho ao universo teórico.

2.1. Custos

Custos são entendidos como os gastos, desembolsados ou não, aplicados diretamente no processo produtivo.

Dutra (2003) define custo como:

[...] a parcela do gasto aplicada na produção ou em qualquer outra função de custo, gasto esse desembolsado ou não. Custo é o valor aceito pelo comprador para adquirir um bem ou é a soma de todos os valores agregados ao bem desde sua aquisição, até que ele atinja o estágio de comercialização (DUTRA, 2003, p. 33).

Bruni e Famá (2004), complementam que os custos estão associados aos produtos ou serviços produzidos pela entidade. Já Martins (2003), afirma que custo é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

Os custos podem ser classificados de várias maneiras. Dentre elas estão a facilidade de alocação (diretos e indiretos) e o comportamento ou variabilidade (fixos e variáveis).

Os custos diretos são aqueles aplicados diretamente aos produtos e que podem ser identificados facilmente, ou seja, não necessitam de rateio para serem apropriados aos produtos. Como exemplo destes custos tem-se: mão-de-obra direta e matéria-prima direta.

Para Bruni e Famá (2004, p. 31) os custos diretos “são aqueles diretamente incluídos no cálculo dos produtos. Consistem nos materiais diretos usados na fabricação do produto e mão-de-obra direta. Apresentam a propriedade de serem

perfeitamente mensuráveis de maneira objetiva”. Já Martins (2003, p. 48), entende que custos diretos são os que “podem ser diretamente apropriados aos produtos, bastando haver uma medida de consumo”.

Sobre custos indiretos, Martins (2003, p. 49) diz que “não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e, muitas vezes, arbitrária”. Bruni e Famá (2004, p. 31) definem que os custos indiretos são aqueles que “necessitam de aproximações, isto é, algum critério de rateio para serem atribuídos aos produtos”. Ou seja, são aqueles que não podem ser identificados facilmente no produto, pois eles fazem parte de várias etapas do processo produtivo. Como exemplo de custos indiretos, tem-se o aluguel e a energia elétrica, entre outros.

Sobre custos fixos, Bruni e Famá (2004) afirmam que são aqueles que não variam com o volume de produção, dado o período de tempo e a capacidade instalada, ou seja, são constantes e existem mesmo que não haja produção.

Para Martins (2003), os custos fixos são aqueles que independem de aumentos ou diminuições do volume produzido em determinado período. São os que têm seu montante fixado não em função de oscilações na atividade. Como exemplo tem-se: o aluguel de uma fábrica (que será o mesmo independente da quantidade produzida no período).

Os custos variáveis, Dutra (2003, p. 47) define que são aqueles que “variam em função da variação do volume de atividade, ou seja, da variação da quantidade produzida no período.”

Já Martins (2003) determina que os custos variáveis são aqueles que, dentro de uma unidade de tempo, variam conforme o volume da produção, ou seja, são aqueles que têm seu valor determinado em função das oscilações nas atividades. Como exemplo, tem-se o custo da matéria-prima, que varia conforme a quantidade produzida.

2.2. Métodos de custeio

Métodos de custeio são as maneiras de se alocarem os custos aos produtos. Martins (2003) define custeio como a apropriação de custos. Os métodos mais comuns são: por absorção, direto/variável, baseado em atividades (ABC), RKW e padrão.

2.2.1. Custeio por absorção

Para atribuir os custos aos produtos é preciso fazer a distribuição daqueles que são diretos e dos que são indiretos. Para definir os custos diretos não existem grandes dificuldades, pois são vinculados aos produtos de maneira simples. Porém, para definir os custos indiretos, a dificuldade está na determinação precisa da quantidade de recursos utilizados na produção que cada produto e, por isso, esta é a abordagem principal do método de custeio por absorção. Segundo Santos (2005), este método apropria todos os custos diretos e indiretos aos produtos elaborados.

Martins (2003) afirma que:

custeio por absorção é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos feitos (MARTINS, 2003, p. 37).

Neste sistema estão incluídos todos os custos relacionados à produção de determinado produto, sendo eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis. Necessita de critérios de rateio, no caso, de apropriação dos custos indiretos, quando houver dois ou mais produtos, ou seja, este critério repassa, ao custo final dos produtos elaborados, todos os gastos referentes à produção, em determinado período de tempo. Os resultados apresentados sofrem influência direta do volume de produção.

Sobre este método de custeio, Dutra (2003), afirma:

é o mais utilizado quando se trata de apuração de resultado e consiste em associar aos produtos e serviços os custos que ocorreram na área de elaboração, ou seja, os gastos referentes às atividades de execução de bens e

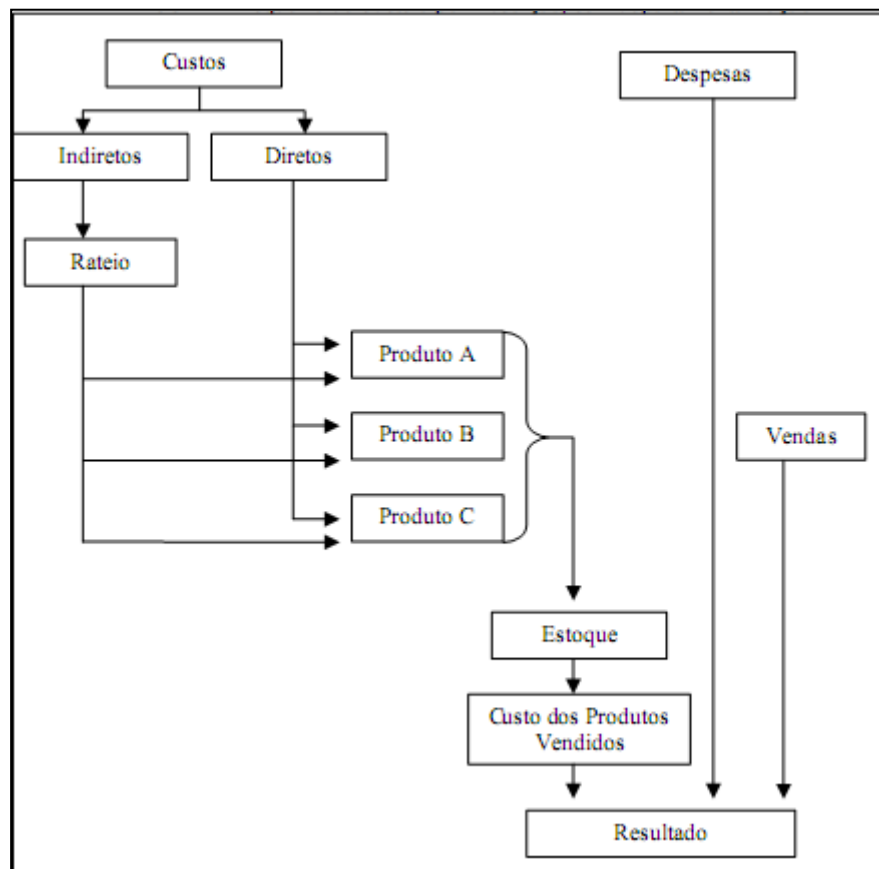
serviços. Esse método, que satisfaz aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, não considera as despesas como integrantes dos estoques dos bens e serviços, mas todos os custos aplicados em sua obtenção (DUTRA, 2003, p. 226).

Martins (2003, p. 38) afirma que “este é ainda o adotado pela Contabilidade Financeira; portanto, válido tanto para fins de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados como também, na maioria dos países, para Balanço e Lucro Fiscais.”

Sobre alocações de custos indiretos por meio de rateios, Bruni e Famá (2004) afirmam que, quando uma indústria possui mais de um produto, a aplicação de rateios de custos torna-se necessária, sendo indispensável estabelecer um critério, que pode ter como base de rateio a mão-de-obra direta, material direto, dentre outros.

A seguir, a mostragem das Figuras 1 e 2 que representam o esquema do custeio por absorção:

FIGURA 1 - Esquema básico de custeio por absorção



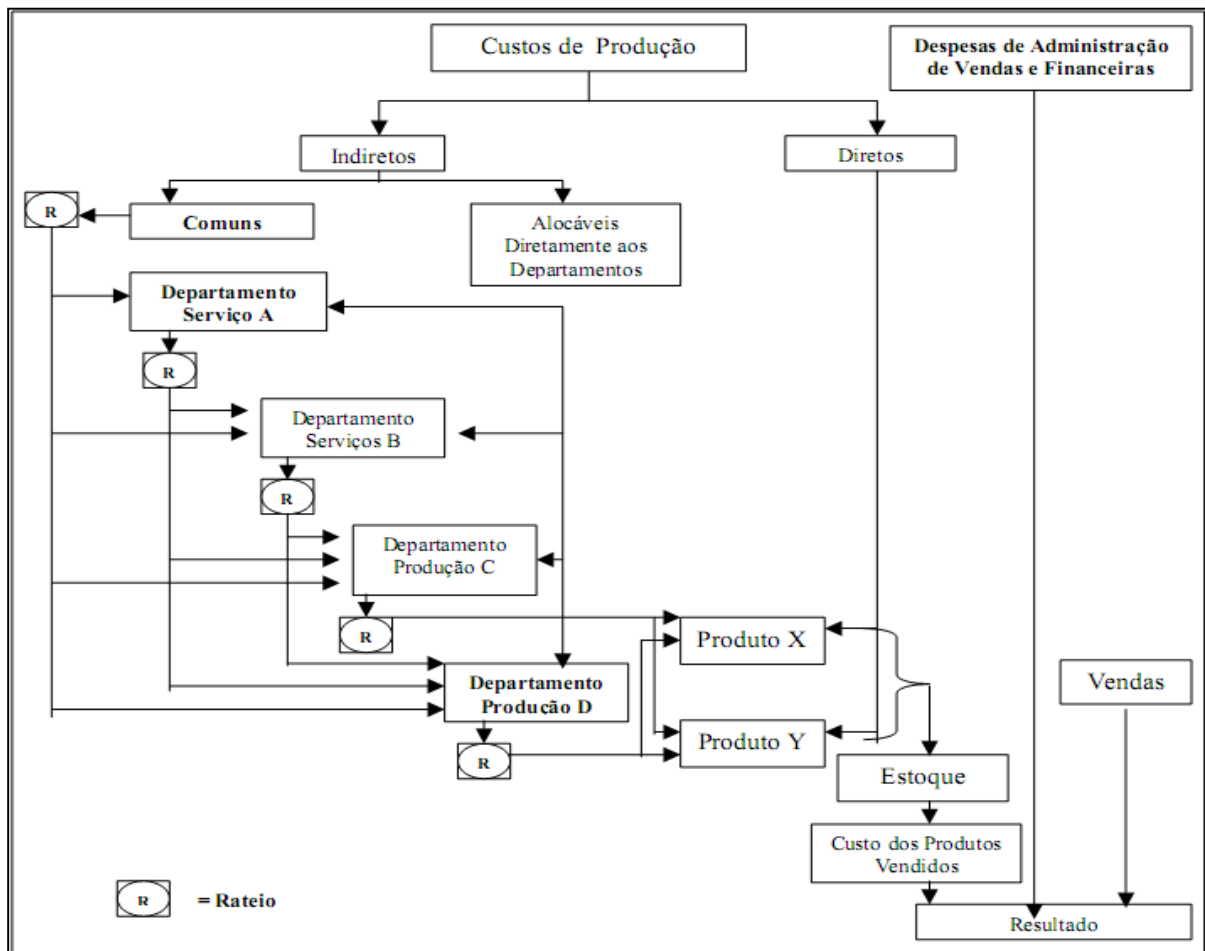
Fonte: Martins (2003, p. 57).

Observando a Figura 1, é possível identificar três diferentes etapas do custeio por absorção, sendo elas:

- 1ª etapa - separação entre custos e despesas;
- 2ª etapa - apropriação dos custos diretos diretamente aos produtos;
- 3ª etapa - rateio dos custos indiretos.

Porém, Martins (2003) afirma que esta forma de alocação dos custos totais pode, além de provocar análises distorcidas, diminuir a credibilidade em relação às informações de custos, devido à simplicidade de apropriação dos custos indiretos.

FIGURA 2 - Esquema básico completo do custeio por absorção



Fazendo uma análise mais profunda do processo produtivo, verifica-se a possibilidade de alocação de alguns custos indiretos de fabricação a determinados departamentos produtivos, para posteriormente alocá-los aos produtos que passam por esse departamento. Esta alocação por departamentos está ilustrada na Figura 2, representando o esquema do custeio por absorção que considera a departamentalização e exige maior desdobramento na alocação dos custos aos produtos, que seguem as etapas a seguir determinadas por Martins (2003):

- 1ª etapa – separação entre custos e despesas;
- 2ª etapa – apropriação dos custos diretos, diretamente aos produtos;
- 3ª etapa – apropriação dos custos indiretos que pertencem, visivelmente, aos departamentos, agrupando os comuns, à parte;
- 4ª etapa – rateio dos custos indiretos comuns aos diversos departamentos;
- 5ª etapa – escolha da sequência de rateio dos custos acumulados nos departamentos de serviços e sua distribuição aos departamentos de produção e, finalmente,
- 6ª etapa – atribuição dos custos acumulados nos departamentos de produção, através de critérios de rateio pré-estabelecidos, diretamente aos produtos.

Dutra (2003) apresenta a determinação do custo unitário do produto, dividindo os custos fixos pela quantidade de produtos elaborados em um período, somando a matéria-prima direta, a mão-de-obra direta e os custos indiretos variáveis. Já o custo total da produção acabada é determinado pela multiplicação do custo unitário pela quantidade produzida. Assim, pode-se chegar à demonstração do resultado, encontrando a receita total. Diminuindo os custos dos produtos vendidos, tem-se o lucro bruto e, para se chegar ao lucro operacional, falta reduzir as despesas operacionais.

Martins (2003) identifica três grandes problemas neste sistema:

Primeiro – os custos fixos existentes, rateados neste sistema, existirão independentemente de a produção existir ou não em determinados períodos, sendo que eles tendem a ser mais bem definidos como encargos de produção do que como sacrifício para a produção, pois são muito mais necessários para que a indústria possa operar do que para a produção;

Segundo – por utilizar critérios de rateio para distribuir os custos fixos, que, na maioria das vezes, não dizem respeito a este ou àquele produto, quase sempre possuem

distorções, principalmente relacionadas à rentabilidade deste produto, sendo que esta ficará distorcida também, prejudicando a análise individual destes produtos e,

Terceiro – o custo fixo unitário está diretamente relacionado ao volume de produção, pois os custos fixos totais são distribuídos aos produtos elaborados no período. Isso pode gerar equívocos como, por exemplo, a empresa reduzir a produção de um item pouco lucrativo, piorando sua posição ao diminuir o volume de produção. Pior ainda, o custo de um produto pode ser alterado pelo volume de produção de outro produto e não de sua própria, ou seja, o custo de um produto pode variar em função da quantidade produzida de outros produtos e não da dele mesmo.

Considerando os aspectos citados, é possível perceber que este método de custeio é falho quando se trata de gerenciamento, pois aloca todos os custos aos produtos, dificultando a análise mais detalhada de cada um dos itens fabricados.

Santos (2005) e Martins (2003) concluem que esse sistema de custeio apresenta falhas como instrumento gerencial de tomada de decisões porque utiliza “rateios” dos custos fixos, que podem levar a alocações enganosas ou arbitrárias.

2.2.2. Custeio direto/variável

Este método de custeio aplica aos produtos somente os custos e despesas diretamente relacionados com a quantidade produzida, levando os demais custos e despesas diretamente ao resultado.

Martins (2003) defende que, devido aos problemas que ocorrem com relação à apropriação dos custos fixos aos produtos e à grande utilidade do conhecimento do custo variável, surgiu uma forma alternativa para custeamento, que é o custeio direto/variável. Este método parte da separação inicial dos custos em fixos e variáveis, onde os fixos são levados diretamente ao resultado sendo tratados como despesas do período, pois existem, independentemente de haver ou não produção. Já os custos variáveis irão compor o custo de fabricação dos produtos.

Dutra (2003, p.229) diz que “o custeio direto é baseado na margem de contribuição, conceituada como a diferença entre o total da receita e a soma de custos e despesas variáveis, e possui a faculdade de tornar bem mais facilmente visível a potencialidade de cada produto para absorver custos fixos e proporcionar lucro.”

Esse método de custeio facilita a tomada de decisões, pois, conforme Bruni e Famá (2004):

os rateios de custos indiretos, formados em boa parte por custos fixos, podem distorcer os processos de tomada de decisões em finanças. Uma solução para os problemas decorrentes do emprego de rateios consistiria em sua eliminação. Isto é, apenas os custos diretos ou variáveis seriam associados aos produtos. Todos os custos fixos e indiretos deveriam ser subtraídos da margem de contribuição total – sem divisões ou rateios (BRUNI e FAMÁ, 2004, p. 212).

Na Figura 3 está representado um fluxograma do custeio variável.

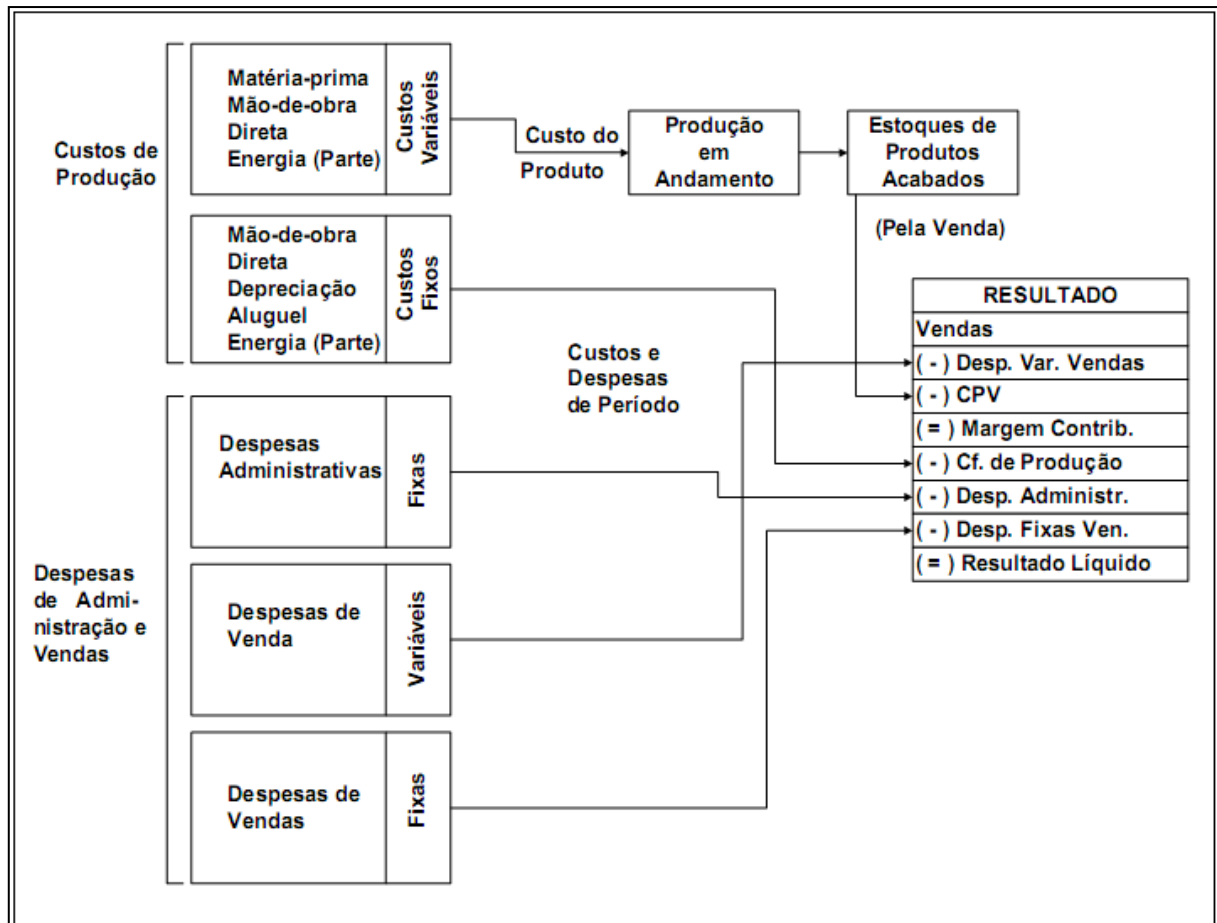
Este sistema de alocação de custos permite visualizar de forma mais clara o comportamento individual dos custos e, assim, fornece informações relevantes do ponto de vista gerencial. Martins (2003) cita algumas dessas informações:

- margem de contribuição (ganho bruto sobre o que é vendido);
- ponto de equilíbrio (nível mínimo de vendas para que não haja prejuízo) e,
- margem de segurança (quanto a empresa pode diminuir em suas receitas sem que tenha prejuízo).

A empresa que utiliza esse sistema de alocação de custos deve se preocupar com os custos mistos (custos que tem parcela fixa e outra variável), pois nem sempre é possível fazer essa separação. Geralmente, a empresa deve possuir um sistema contábil bem estruturado e eficaz, possibilitando a alocação desses custos de maneira correta.

Martins (2003) defende que, do ponto de vista decisório, este sistema de custeio identifica mais rapidamente informações vitais à empresa, sendo mais útil para a administração. Os custos fixos são tratados como despesas do período, sendo que existirão sempre e podem ser repetitivos, na maioria das vezes.

FIGURA 3 - Fluxograma do custeio variável



Fonte KPMG Peat Marwick (1995, p.58).

Este sistema de rateio não é reconhecido pelos contadores, pelos auditores independentes nem pela Legislação Tributária, por ferir os princípios contábeis da Competência e da Confrontação, que defendem a apropriação das receitas e a dedução de todos os sacrifícios envolvidos para sua obtenção.

Martins (2003) coloca que:

se produzimos hoje, incorremos hoje em custos que são sacrifícios para obtenção das receitas derivadas das vendas dos produtos feitos, e essas vendas poderão em parte vir amanhã. Não seria, dentro deste raciocínio, muito correto jogar todos os custos fixos contra as vendas de hoje, se parte dos produtos feitos só será vendida amanhã; deve-se então também ficar para

amanhã uma parcela dos custos, quer variáveis, quer fixos, relativos a tais produtos (MARTINS, 2003, p. 203).

O fato de este sistema não ser aceito pela Legislação Contábil e Tributária não impede sua utilização internamente, para fins gerenciais, desde que, no final, sejam efetuados os lançamentos de ajustes, cumprindo as exigências.

Santos (2005) afirma que, se esse método for utilizado em empresas com grande ativo imobilizado, poderá não ser tão útil, pois pode não haver preocupação com a absorção dos custos fixos totais, principalmente em relação a depreciações e amortizações.

2.2.3. Custeio baseado em atividades (ABC)

Neste sistema de custeio, os custos indiretos são alocados aos produtos com base em direcionadores, levando em consideração as atividades. Dutra (2003, p. 234), explica que “este método atribui aos objetos de custeio - produtos, serviços, clientes etc. – todos os custos e despesas, sendo os diretos por apropriação e os indiretos rastreados por direcionadores de custos”. Assim, Bruni e Famá (2004), complementam que, para poder construir a rede de alocação dos custos nesse método de custeio, é necessário definir as atividades principais que serão empregadas nas transferências dos gastos.

Martins (2003) diz que, primeiramente, para este método de custeio é necessário identificar as atividades relevantes dentro de cada departamento. O mesmo autor (2003) diz que os custos devem ser atribuídos às atividades do modo mais criterioso possível, sendo primeiro realizada a alocação direta, para os casos de uma identificação clara, direta e objetiva de certos itens de custos com certas atividades. Após, é realizado o rastreamento, que se baseia na relação de causa e efeito da ocorrência da atividade e a geração dos custos e, por último, quando não há a possibilidade de utilizar a alocação direta, nem o rastreamento, é realizado o rateio.

A principal diferença deste sistema de custeio para o tradicional é a maneira como ele atribui os custos aos produtos, visto que utiliza direcionadores de custos (fator

que determina o custo de uma atividade). Para Martins (2003, p. 96) “direcionador é a verdadeira causa de seus custos”.

Para Martins (2003), existem dois tipos de direcionadores, os de primeiro estágio que são os direcionadores de custos de recursos e demonstram a relação entre os recursos gastos e as atividades e os de segundo estágio, chamados direcionadores de custos de atividades que indicam a relação entre as atividades e os produtos.

Segundo Martins (2003), esse método é criticado por não eliminar a figura do rateio dos custos, por isso deve ser feita uma distinção entre rateio e rastreamento. No rateio, a alocação dos custos é feita de forma arbitrária e altamente subjetiva, enquanto no rastreamento procura-se identificar o que efetivamente gerou o custo de maneira racional e analítica, a fim de reduzir distorções. Martins (2003, p. 98) diz que: “Uma vez identificadas as atividades relevantes, seus direcionadores de recursos e respectivos custos, a próxima etapa é custear os produtos”.

2.2.4. Custeio padrão

Este método de custeio, para Dutra (2003), determina antecipadamente os componentes do produto e serviços em quantidade e valor, utilizando dados de várias fontes, com validade para determinado espaço de tempo. Segundo Bruni e Famá (2005, p.169), “custos-padrões podem ser usados na aferição de desempenho, na elaboração de orçamentos, na orientação de preços e na obtenção de custos significativos do produto, com razoável economia e simplicidade da escrituração”. Para esses mesmos autores, o principal objetivo da utilização desse sistema de custeio é o controle de custos.

Para Martins (2003), o grande objetivo do custo padrão é fixar uma base de comparação entre o que ocorreu de custo e o que deveria ter ocorrido. Por isso, o autor conclui que não é um método ou critério de contabilização de custos, mas sim uma técnica auxiliar de planejamento e controle dos custos.

2.2.5. RKW (*Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit*)

Este método consiste, segundo Martins (2003), no rateio de todos os custos de produção e de todas as despesas da empresa, sejam elas financeiras ou administrativas, a todos os produtos. As técnicas utilizadas são semelhantes às já vistas anteriormente. Com este rateio chega-se ao custo de produção e venda que, caso fosse um rateio exato, forneceria o gasto completo de todo o processo empresarial de obtenção de receita, bastando adicionar o lucro desejado para se ter o preço de venda final.

Para o mesmo autor, esta fórmula dificilmente consegue ter sucesso em uma economia de mercado, visto que os preços são decorrência dos mecanismos e forças da oferta e da procura.

2.3. Tributos

Para Fabretti (2006, p. 109), “tributo é sempre um pagamento compulsório em moeda, forma normal de extinção da obrigação tributária”. As principais espécies de tributos são: imposto, taxa, contribuição de melhoria e contribuições federais.

Conforme o Código Tributário Nacional (CTN) em seu artigo 16, “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação, independentemente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte”.

O CTN define a taxa e contribuição de melhoria em seus artigos 77, 78 e 81:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes

de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. [...]

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Sobre as contribuições federais, Fabretti (2006) diz que, seguindo o princípio da legalidade, somente lei complementar pode instituí-las, e a cobrança só deve ocorrer sobre fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que as houver instituído.

Um dos tipos de contribuição federal é a contribuição social que é um tributo que a União pode criar para custear os serviços de assistência e previdência social. Também são contribuições federais o Programa de Integração Social (PIS), e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

2.3.1. Formas de tributação

Existem três formas de tributação: lucro real, lucro presumido e simples nacional.

2.3.1.1. Lucro Real

Lucro real é o próprio lucro tributável que difere do lucro contábil, pois deve sofrer ajustes. Segundo Oliveira et al., lucro real:

é o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. Os ajustes do lucro líquido do período de apuração e a demonstração da apuração do lucro real devem ser transcritos no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) (OLIVEIRA et al., 2004, p. 176).

As indústrias optantes por esta modalidade de tributação sofrerão a incidência dos seguintes tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

- IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)

O fato gerador deste imposto está consagrado no art. 43 do CTN, conforme abaixo:

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

A base de cálculo é o lucro real do período. As empresas podem optar pela apuração do lucro real anual ou trimestral. Na primeira opção, conforme Oliveira et al. (2004), devem ser feitos recolhimentos mensais com base em estimativas e, na segunda opção, o recolhimento é baseado no resultado líquido de cada trimestre. Nos dois casos a alíquota é de 15% (quinze por cento) sobre a totalidade da base de cálculo, com adicional de 10% (dez por cento) sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais.

- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

Este tributo destina-se ao financiamento da seguridade social. Conforme Oliveira et al (2004, p. 193), “o fato gerador é a obtenção de lucro no exercício; a base de cálculo, nos contribuintes tributados pelo lucro real é o resultado apurado pela contabilidade, ajustado pelas adições, exclusões e compensações”.

Para o cálculo deste tributo utiliza-se a alíquota de 9% (nove por cento) conforme estabelecido na Lei 7.689 de 15 de dezembro de 1988.

- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)

São dois tributos federais, sendo que o PIS tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa e a COFINS é destinada a financiar a seguridade social.

Para Fabretti (2006, p. 299), “o fato gerador é o faturamento mensal, assim entendido o total de receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil”, sendo que a base de cálculo é o faturamento mensal. Para empresas optantes pelo lucro real, o PIS e a COFINS são não-cumulativos.

A Lei 10.637/2002 estabeleceu que a alíquota do PIS será de 1,65%, e o art. 3º desta lei determina que a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a bens e serviços, utilizados como insumo na prestação destes e na produção ou fabricação daqueles ou de produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes; máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços; bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior; energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica; energia elétrica e energia térmica, entre outros.

Para o cálculo da COFINS, a Lei 10.833/2003 determina que a alíquota a ser utilizada seja de 7,6%, podendo descontar os mesmos créditos utilizados no PIS.

- IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)

Este é um imposto sobre circulação econômica e incide na produção ou importação de produtos. Segundo Oliveira et al (2004, p. 91), “são fatos geradores do IPI: as saídas, de produtos industrializados, dos estabelecimentos industriais ou equiparados a industriais; e o desembaraço aduaneiro de produtos importados.”

Para Oliveira et al (2004), a base de cálculo do IPI é o preço da operação, na saída da mercadoria. Em se tratando de produto importado, a base de cálculo é a soma dos impostos aduaneiros e dos encargos cambiais pagos pelo importador.

As alíquotas, conforme Oliveira et al (2004), variam de acordo com a classificação dos produtos na tabela de incidência do IPI (TIPI).

Este imposto é não cumulativo, ou seja, do imposto devido em cada operação pode ser compensado o valor pago anteriormente.

- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

Imposto de competência do Estado, que segundo Oliveira et al (2004), tem como fato gerador a circulação de mercadorias ou a prestação de determinados serviços.

Tem como base de cálculo o valor de operações com mercadorias, somando seguros e fretes pagos pelo comprador e excluindo descontos incondicionais.

Cada Estado possui uma alíquota interna determinada por sua legislação estadual, que geralmente é de 17%. Além disso, existe uma alíquota interestadual determinada pelo Senado Federal.

Assim como o IPI, o ICMS é um imposto não cumulativo e, conforme Fabretti (2006, p. 169), “do imposto devido em cada operação será abatido o valor pago na operação anterior”.

- INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)

A Instrução Normativa (IN) INSS/DC nº 100 de 18 de dezembro de 2003, considera como fato gerador do INSS o exercício de atividade remunerada, abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Tem como base de cálculo para o segurado: salário-de-contribuição, observados os limites mínimos e máximos constantes no parágrafo primeiro do art. 74 desta instrução. E, para as empresas em geral, a base de cálculo está definida conforme segue:

Art. 77. As bases de cálculo das contribuições sociais previdenciárias da empresa em geral são as seguintes:

I - o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestam serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou de acordo coletivo de trabalho ou de sentença normativa;

II - o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestam serviços;

III - o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços em relação a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativa de trabalho.

Conforme IN INSS/DC nº 100 de 18 de dezembro de 2003 em seu art. 93, a alíquota utilizada para empresas é de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados, empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestam serviços. Para calcular o INSS de riscos ambientais de trabalho, são aplicadas as taxas de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), conforme o grau de risco. Para cálculo da contribuição dos segurados, são aplicadas alíquotas de 8% (oito por cento), 9% (nove por cento) ou 11 (onze por cento), conforme estabelecido nesta IN em seu art. 83. Em janeiro de 2010, entrou em vigor o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) que é:

O FAP consiste num multiplicador variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerado o critério de arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado à respectiva alíquota. [DECRETO Nº 6.957, DE 9 DE SETEMBRO DE 2009, art. 202 A]

O FAP deve ser aplicado sobre a alíquota do RAT e, para que cada empresa saiba a alíquota que deve aplicar, é necessário que a mesma acesse o Sítio da Previdência Social, já que não há uma tabela divulgada para o FAP.

- FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1966, é um conjunto de recursos financeiros que tem por objetivo amparar os trabalhadores em algumas hipóteses de encerramento da relação de emprego, sendo também destinado a investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura.

Para Oliveira et al (2006, p. 176), “o empregador deve recolher ao FGTS 8% de remuneração mensal do empregado, em conta deste, na Caixa Econômica Federal (CEF)”.

2.3.1.2. Lucro Presumido

É uma forma de tributação que, segundo Oliveira et al (2004), difere do lucro real por tratar-se de uma presunção por parte da Legislação Tributária do que seria o lucro das organizações, caso não houvesse contabilidade.

As indústrias optantes por esta modalidade de tributação terão a incidência dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, ICMS, INSS e FGTS.

Para o cálculo do IRPJ e CSLL é realizada uma presunção do lucro sobre a receita bruta em que, conforme Fabretti (2006), os percentuais são de 8% sobre a receita oriunda de vendas de mercadorias ou produtos, do transporte de cargas e de serviços hospitalares, entre outras sem percentuais específicos; 1,6% sobre receita proveniente da revenda para consumo de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural; 32% sobre receita de prestação de serviços em geral, intermediação de negócios, entre outras; e 16% sobre receita de prestação de serviços de transporte, prestadoras de serviços e instituições financeiras e equiparadas com receita bruta anual não superior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O fato gerador destes tributos é o mesmo do lucro real, conforme citado no item 2.3.1.1, sendo que sua base de cálculo é o lucro presumido. No caso do IRPJ, a alíquota é de 15% e possui adicional de 10%, nos mesmos parâmetros do lucro real. Já na CSLL a alíquota é a do lucro real.

O fato gerador e a base de cálculo do PIS e da COFINS são os mesmos vistos no lucro real, o que difere, conforme Oliveira et al. (2004), é a cumulatividade e a alíquota, que é de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS, ou seja, ambos não têm direito a crédito.

O IPI, o ICMS, o INSS e o FGTS são tributados nas empresas optantes pelo Lucro Presumido, nos mesmos parâmetros das empresas do Lucro Real.

2.3.1.3. Simples Nacional

É uma forma de tributação para micro-empresas e empresas de pequeno porte, que unifica a arrecadação dos seguintes tributos das indústrias: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS, ICMS e CPP (contribuição patronal previdenciária). Além disso, conforme a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, não exclui a incidência de tributos como FGTS; INSS; PIS, COFINS e IPI relacionados à importação de bens e serviços; ICMS devido, nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária, na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria sem documento fiscal, dentre outros, que serão recolhidos de acordo com a legislação aplicada às demais pessoas jurídicas.

A base de cálculo é o faturamento bruto, e as alíquotas aplicadas às empresas e indústrias optantes pelo Simples Nacional estão definidas no Quadro 1.

Quadro 1 - Planilha Simples Nacional – Indústria

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS	IPÍ
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%	0,50%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,97%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%	0,50%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,34%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%	0,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

Fonte: Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, extraído de <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>

2.4. A função financeira nas empresas

Todas as empresas utilizam e multiplicam os recursos financeiros nela investidos para obtenção de lucros. Sobre a função financeira da empresa Braga (2009) define:

a função financeira compreende um conjunto de atividades relacionadas com a gestão dos fundos movimentados por todas as áreas da empresa. Essa função é responsável pela obtenção de recursos necessários e pela formulação de uma estratégia voltada para a otimização do uso desses fundos (BRAGA, 2009, p. 23).

Correa (2009) defende que o planejamento financeiro se faz necessário para que uma empresa possa estabelecer as suas metas financeiras e verificar se estão de acordo com seus objetivos e estratégias. Para o mesmo autor (2009, p.22 apud GITMAN, 2004, p. 92), “dois elementos essenciais do processo de planejamento financeiro são o planejamento de caixa e o planejamento de resultado”, sendo que, no planejamento de caixa, elabora-se a projeção do fluxo de caixa.

Para Berk, Demarzo e Harford (2010), o gerente é o responsável por tomar decisões de investimento, financiamento e é também responsável por gerenciar o fluxo de caixa das atividades operacionais. Esses autores afirmam que a primeira etapa para a tomada de decisões é a identificação dos custos e benefícios de uma decisão entendendo que, se o benefício superar os custos, aumentará o valor da empresa.

2.4.1. Fluxo de caixa

A elaboração de um fluxo de caixa é necessária para que as empresas possam manter um controle das entradas e saídas de recursos financeiros. Zdanowicz (2004, p. 40) define fluxo de caixa como “um instrumento de programação financeira que corresponde à estimativa de entradas e saídas de caixa em certo período de tempo-projeto”. Já para Weston e Brigham (1992, p. 40), “fluxo de caixa constitui o caixa líquido efetivo em oposição ao lucro líquido contábil que uma empresa gera durante um

período especificado”. Correa (2009), afirma que um fluxo de caixa eficiente deve ser capaz de projetar, informar e comparar dados.

Para elaboração de uma projeção de fluxo de caixa, pode-se utilizar a estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), tanto pelo método indireto quanto pelo método direto. Quanto ao primeiro, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 445) dizem que “faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações e por isso é também chamado Método da Reconciliação”; já para o segundo método, estes mesmos autores fazem a seguinte colocação:

...explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. O saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período (LUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2007, p. 445).

Para que um fluxo de caixa seja útil no processo decisório de uma empresa, é necessário que haja um controle. Segundo Zdanowicz (2004), entre as várias finalidades do controle do fluxo de caixa que se poderia arrolar, destacam-se:

- Controlar a atividade financeira, pois a noção de responsabilidade relaciona-se com todas as operações da empresa. O nível desejado de caixa fixado deve fazer frente às necessidades correntes da empresa, sem que haja a preocupação de captar em fontes de longo prazo, que poderá representar alto custo financeiro.
- Controlar a atividade da empresa, em geral, quando as faltas antes relacionadas, não são apenas imputáveis às atividades financeiras (ZDANOWICZ, 2004, p. 40).

Para avaliação de fluxo de caixa, Berk, Demarzo e Harford (2010) defendem que existem três regras básicas: a primeira é que apenas os valores no mesmo ponto no tempo podem ser comparados e combinados; a segunda é que para movimentar um fluxo de caixa para um ponto no futuro, devemos capitalizá-lo; e a terceira é que para movimentar o fluxo de caixa para um ponto no passado é preciso descapitalizá-lo.

Para a elaboração do fluxo de caixa, Zdanowicz (2004) estabelece um conjunto de informações e estimativas que serão úteis, tais como: projeção de vendas; estimativa das compras e condições de pagamento; levantamento das cobranças efetivas; determinação da periodicidade do fluxo de caixa, considerando as necessidades, tamanho, organização e ramo de atividade da empresa e orçamento dos demais ingressos e desembolsos de caixa.

Este mesmo autor conclui que a projeção do fluxo de caixa tem como objetivo o levantamento de todas as necessidades da empresa, para que ela possa honrar seus compromissos financeiros na data acordada e alcançar resultados positivos.

Quadro 2 - Modelo de Fluxo de Caixa

Períodos	JAN			FEV			MAR			...			Total		
	P	R	D	P	R	D	P	R	D	P	R	D	P	R	D
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS															
Recebimentos de clientes															
Pagamentos a fornecedores e empregados															
Caixa gerado pelas operações															
Juros pagos															
Imposto de renda e Contribuição social pagos															
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos															
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais															
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS															
Aquisição de controladas															
Compra de ativo imobilizado															
Venda de equipamentos															
Juros recebidos															
Dividendos recebidos															
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos															
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO															
Emissão de ações															
Empréstimo a longo prazo															
Pagamento de passivo por arrendamento															
Dividendos pagos															
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento															
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA															
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO															
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA AO FIM DO PERÍODO															

P = projetado; R = realizado; D = defasagem.
 Fonte: Pronunciamento técnico CPC 03 (2010)

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, fez-se uso da metodologia da pesquisa. Metodologia é a forma pela qual se busca determinado conhecimento. Para Diehl e Tatim (2004, 47), “a metodologia pode ser definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica.”

Método, para Silva (2003, p.26 apud Lakatos e Marconi, 1983, p.40) é o “caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado.” Já para Diehl e Tatim (2004, p.48), “o método deriva da metodologia e trata do conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma realidade específica, produzir um dado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos.”

O presente estudo está direcionado à elaboração de um modelo de projeção de fluxo de caixa. Para alcançá-lo fez-se uso de uma pesquisa descritiva que, conforme Diehl e Tatim (2004, p.54), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Segundo as bases lógicas da investigação, este estudo utilizou-se de um método indutivo de pesquisa, sendo que o objetivo dos argumentos indutivos, para Lakatos e Marconi (2001), é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que as premissas nas quais se baseiam. Silva (2003, p. 39) complementa ao afirmar que “a indução parte de registros menos gerais para enunciados mais gerais”. A indução tem três etapas que são a observação dos fenômenos, a descoberta da relação entre eles e a generalização da relação. Diehl e Tatim (2004, p. 49) afirmam que “no raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos na realidade concreta”.

O método indutivo foi utilizado, visto que o objetivo principal é a elaboração de uma planilha que auxilie às indústrias em geral na projeção do fluxo de caixa, partindo de dados menores - como os custos industriais - até chegar a esta projeção.

Para a abordagem do problema, utilizou-se uma pesquisa qualitativa que, segundo Soares (2009), se preocupa muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém não elimina a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e interpretação dos dados. Conforme Diehl e Tatim (2004),

...os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL e TATIM, 2004, p.52).

A pesquisa bibliográfica, para Fachin (2001, p. 125), “diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras”. Além disso, para o mesmo autor (2001), “é a base para as demais pesquisas”. De acordo com Gil (2002) essa pesquisa é desenvolvida com material já elaborado, tais como livros e artigos científicos. Assim, a pesquisa bibliográfica esteve presente neste estudo, visto que o conhecimento dos diversos estudiosos da área contábil forneceu o suporte teórico necessário à elaboração deste modelo de projeção de fluxo de caixa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se o *software* Microsoft Excel, para a criação das planilhas eletrônicas. Para facilitar a compreensão das planilhas, foram utilizados exemplos práticos, tendo como base os meses de janeiro e fevereiro, porém as planilhas utilizam, para os cálculos, o período de um ano. Primeiramente, foi criada uma base de dados apresentada nos Quadros 3 a 21, onde são disponibilizadas planilhas de entrada de informações. Nelas os gestores da área financeira, inserem os dados necessários para obter o resultado mensal e projetar o fluxo de caixa, evitando-se, assim, a manipulação das demais planilhas e distorções em suas fórmulas.

Quadro 3– “Matriz de consumo de matéria-prima por unidade”

Produto	Matéria Prima em quantidade (Kg)			
	MP1	MP2	[...]	MP20
P1	1	2		
P2	3			
P3		4		
[...]				
P25				
Total	4	6		

P= produto MP = matéria-prima

No Quadro 3, os gestores da área financeira inserem a quantidade de matéria-prima consumida por cada produto.

Quadro 4 – “Quantidades produzidas”

Produto	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
P1	400	300		
P2	100	200		
P3	300	250		
[...]				
P25				
Total	800	750		

P= produto

No Quadro 4, serão informadas as quantidades produzidas de cada produto mensalmente.

Os Quadros 3 e 4 fornecem os dados necessários para o cálculo do consumo total de matéria-prima mensal, referente a cada produto.

Quadro 5 – “Percentual total de compras parceladas e prazo de pagamento”

Compras	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Compras MP a prazo (%)	90	80		
Prazo de pagamento (meses)	2	4		

No Quadro 5, os dados informados são referentes ao percentual de compras efetuadas a prazo em cada mês, assim como, os prazos de pagamentos dessas compras. Estas informações são necessárias para projetar os pagamentos mensais.

Quadro 6 – “Tributos recuperáveis em porcentagem (PIS, COFINS, ICMS e IPI)”

PIS (%)				
Matéria-prima	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
MP1	0,30	0,20		
MP2	0,20	0,25		
MP3				
[...]				
MP20				
Total	0,50	0,45		

MP = matéria-prima

No Quadro 6, são inseridos os percentuais dos tributos que a indústria pode recuperar sobre as compras. Essa planilha traz informações mensais e por matéria-prima, visto que os tributos podem variar de um mês para outro e de uma matéria-prima para outra, assim alterando o resultado e o fluxo de caixa. Este Quadro foi desenvolvido para todos os tributos recuperáveis, sendo cada tributo distribuído em planilhas separadas.

Quadro 7 – “Preços das matérias-primas (R\$)”

Matéria-prima	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
MP1	300,00	320,00		
MP2	350,00	350,00		
MP3				
[...]				
MP20				
Total	650,00	670,00		

MP = matéria-prima

O Quadro 7 foi criado para inserção dos preços das matérias-primas mensais, visto que pode haver alteração de preço no decorrer do ano.

Os Quadros 5, 6 e 7 fornecem os dados necessários para o cálculo dos tributos sobre as compras, do total de compras mensais e também da projeção das compras para o período de um ano.

Quadro 8 – “Percentuais de vendas parceladas e prazos de recebimento”

Vendas e prazo	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Vendas a prazo (%)	80	70		
Prazo de recebimento (meses)	8	5		

Informações sobre a porcentagem de vendas a prazo por mês e o prazo de recebimento dessas vendas são inseridas no Quadro 8.

Quadro 9 – “Preços de venda (R\$)”

Produto	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
P1	1.000,00	1.200,00		
P2	1.500,00	1.500,00		
P3	2.000,00	2.100,00		
[...]				
P25				
Total	4.500,00	4.800,00		

P= produto

No Quadro 9 inserem-se os preços de venda de cada produto, sendo mensal para possibilitar a alteração dos preços durante o ano.

Quadro 10 – “Quantidade vendida (unidades)”

Produto	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
P1	350	250		
P2	100	180		
P3	280	200		
[...]				
P25				
Total	730	630		

P= produto

O Quadro 10 possui informações referentes à quantidade mensal vendida de cada produto.

Quadro 11 – “Tributos sobre vendas em porcentagem (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPI, SIMPLES NACIONAL)”

IRPJ				
Produto	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
P1	1,50%	1,00%		
P2	2,00%	1,80%		
P3	1,00%	1,00%		
[...]				
P25				

P= produto

Os tributos sobre as vendas são apresentados em porcentagem e mensais, para o caso de haver alterações em sua alíquota no decorrer do ano, no Quadro 11. Essas informações disponíveis nos Quadros 8 a 11 são utilizadas para a projeção dos recebimentos e para cálculo do resultado.

Quadro 12 – “Tributos sobre o lucro (em porcentagem)”

Tributos	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
IRPJ (%)	15%	15%		
IRPJ adicional (%)	10%	10%		
CSLL (%)	9%	9%		

O Quadro 12 foi criado para que as indústrias tributadas pelo lucro real possam calcular os tributos que incidem diretamente sobre o lucro. Nela são informadas as porcentagens dos tributos que incidem sobre o lucro mensal.

Quadro 13 – “Ativo imobilizado”

Bem	Valor (R\$)	Valor residual	Vida útil
B1	10.000,00	1.000,00	24
B2	25.000,00	1.000,00	36
B3	5.000,00	1.000,00	24
[...]			
B30			

B= bem

No Quadro 13 são inseridos o valor de cada ativo que a indústria possui, bem como o valor residual e a vida útil de cada um, sendo que estes dados serão utilizados posteriormente para o cálculo da depreciação mensal. Assim, gerando reflexos no resultado e, conseqüentemente no fluxo de caixa.

Quadro 14 – “Custos e despesas fixos (R\$)”

Custos e Despesas	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Aluguel	600,00	600,00		
Propaganda	100,00	100,00		
Energia elétrica	300,00	300,00		
Água				
Telefone				
Internet				
[...]				

O Quadro 14 foi elaborado para permitir a inserção de dados referentes aos custos fixos da indústria. Esses dados são necessários para o cálculo do resultado e para projeção do fluxo de caixa.

Quadro 15 – “Folha de pagamento para funcionários”

Funcionário	Janeiro		Fevereiro		[...]		Dezembro	
	Salário Fixo	Salário Variável	Salário Fixo	Salário Variável	Salário Fixo	Salário Variável	Salário Fixo	Salário Variável
Funcionário 1	1.000,00	900,00	1.000,00	500,00				
Funcionário 2	1.500,00	560,00	1.500,00	500,00				
[...]								
Funcionário 100								

Para informar os gastos com funcionários e sócios, foram criados os Quadros 15 a 20. A planilha folha de pagamento para funcionários, do Quadro 15, apresenta o salário fixo e o salário variável mensal de cada funcionário

Quadro 16 – “Folha de pagamento para sócios”

Sócio	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
	Pró-labore (R\$)	Pró-labore (R\$)	Pró-labore (R\$)	Pró-labore (R\$)
Sócio 1	1.500,00	1.000,00		
Sócio 2	900,00	900,00		
[...]				
Sócio 15				
Total	2.400,00	1.900,00		

No Quadro 16, são informados os valores pagos mensalmente de pró-labore para cada sócio.

Quadro 17 – “Tributos sobre a folha de pagamento (em porcentagem)”

Impostos	Porcentagem (%)
INSS Patronal/Terceiros/RAT s/ salários (%)	20%
FGTS (%)	8%
INSS Patronal s/ pró-labore (%)	20%

As alíquotas dos tributos sobre a folha de pagamento devem ser informadas no Quadro 17.

Quadro 18 – “Distribuição de lucros em porcentagem”

Sócio	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Sócio 1	5%			
Sócio 2	5%			
[...]				
Sócio 15				
Total (%)	10%			

Para as indústrias que distribuem lucro aos sócios, é possível inserir no Quadro 18 a porcentagem do lucro a ser distribuído para cada sócio, sendo que este percentual será aplicado sobre o lucro do período para saber o valor em Reais (R\$) a ser distribuído aos sócios como lucro.

Quadro 19 – “Férias (R\$)”

Funcionários	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Funcionário 1				
Funcionário 2				
Funcionário 3				
Funcionário 4				
[...]				
Funcionário 100				

No Quadro 19, é possível a inserção de informações referentes ao mês em que são pagas as férias para cada funcionário. Essa informação será utilizada para o fluxo de caixa, já que não utiliza provisões, mas valores efetivamente desembolsados.

Quadro 20 – “13º Salário (R\$)”

Funcionários	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Funcionário 1				
Funcionário 2				
Funcionário 3				
Funcionário 4				
[...]				
Funcionário 100				

O Quadro 20 apresenta informações referentes ao total que a indústria desembolsa com 13º salário para cada funcionário. Nele é possível inserir o mês em que foi efetivamente pago, sendo que esse valor normalmente é desembolsado nos meses de novembro e dezembro, porém existem casos, como demissões, em que esse montante é desembolsado no mês em que o funcionário deixa de fazer parte do quadro funcional da indústria.

Os Quadros 19 e 20 foram criados com o objetivo de evitar distorções no fluxo de caixa, pelo fato de utilizarem valores efetivamente desembolsados pela indústria e não provisões.

Quadro 21 – “Empréstimos e financiamentos”

Empréstimos e financiamentos	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Valor financiado ou empréstimo (R\$)	25.000,00	10.0000,00		
Juros (%)	1,5%	2,5%		
Prazo (meses)	12	12		

O Quadro 21 possibilita informar o valor que a indústria necessitou de empréstimos e financiamentos, mês de contratação, a taxa de juros e o prazo de pagamento.

Após a elaboração da base de dados, foram criadas planilhas que contêm os cálculos e fórmulas necessários para se obter o resultado mensal, assim como o fluxo de caixa, que são os objetivos deste trabalho.

Quadro 22 – “Consumo total de matéria-prima (mensal)”

Janeiro									
Produto	Matéria Prima em quantidade								
	MP1	MP2	MP3	MP4	MP5	MP6	MP7	[...]	MP20
P1	400	800							
P2	300								
P3		1200							
[...]									
P25									
Total	700	2000							
Fevereiro									
Produto	Matéria Prima em quantidade								
	MP1	MP2	MP3	MP4	MP5	MP6	MP7	[...]	MP20
P1	300	600							
P2	600								
P3		1000							
[...]									
P25									
Total	900	1600							

P= produto

O Quadro 22 traz informações sobre o consumo total de matéria-prima mensal. Estes valores foram obtidos pela multiplicação do consumo de matéria-prima de cada produto pela quantidade produzida de cada um.

Quadro 23 – “Consumo total de matéria-prima (resumo mensal)”

Matéria-prima	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	[...]	Dezembro
MP1	700	900				
MP2	2000	1600				
MP3						
MP4						
[...]						
MP20						

MP = matéria-prima

O Quadro 23 foi criado para facilitar a visualização do consumo mensal de matéria-prima, visto que é um resumo do total de matéria-prima consumido mensalmente. Esse resumo foi utilizado posteriormente para o cálculo dos tributos sobre compras, disponível no Quadro 24.

Quadro 24 – “Tributos sobre compras (PIS, COFINS, ICMS e IPI) em Reais (R\$)”

Matéria-prima	Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Dezembro
MP1	630,00	576,00			
MP2	1.400,00	1.400,00			
MP3					
MP4					
[...]					
MP20					
Total	2.030,00	1.976,00			

MP = matéria-prima

O quadro 24 apresenta os tributos sobre compras em Reais (R\$), sendo que esse valor é obtido pela multiplicação do consumo total de matéria-prima pela porcentagem do tributo e pelo preço da matéria-prima, sendo que os tributos (PIS, COFINS, ICMS e IPI) estão dispostos em planilhas separadas e mensais, pelo fato de

que cada matéria-prima pode ter alíquotas diferentes ou pode ocorrer alteração das mesmas no decorrer do ano.

Quadro 25 – “Resumo tributos sobre compras (R\$)”

Imposto	Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Dezembro
PIS	2.030,00	1.976,00			
COFINS					
ICMS					
IPI					
Total	2.030,00	1.976,00			

O Quadro 25 apresenta um resumo dos tributos sobre compras e foi utilizado posteriormente para calcular o custo mensal disponível no Quadro 27.

Quadro 26 – “Compras de matéria-prima (R\$)”

Meses	MP1	MP2	MP3	[...]	MP20
Janeiro	210.000,00	700.000,00			
Fevereiro	288.000,00	560.000,00			
Março					
Abril					
Mai					
Junho					
Julho					
[...]					
Novembro					
Dezembro					

O Quadro 26 apresenta o valor das compras mensais de cada matéria-prima, sendo que este valor é obtido através da multiplicação do consumo total de matéria-prima do Quadro 23 pelo preço da matéria-prima disponível no Quadro 7 da base de dados.

Quadro 27 – “Custo das matérias-primas (R\$)”

Mês	Custo total
Janeiro	907.970,00
Fevereiro	846.024,00
Março	
Abril	
Maió	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	

O custo total das matérias-primas está disponível no Quadro 27, sendo obtido pela subtração dos tributos recuperáveis apresentados no Quadro 25 pelo resultado das compras de matérias-primas do Quadro 26.

Quadro 28 – “Total de compras (R\$)”

Compras a prazo				
Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Mai
819.000,00	678.400,00			
Compras à vista				
Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Dezembro
91.000,00	169.600,00			
Total de compras				
Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Dezembro
910.000,00	848.000,00			

Para embasar a construção da projeção de compras, foi criado o Quadro 28 que separa as compras à vista das compras a prazo. Considera-se à vista todas as compras com pagamento imediato, inclusive o valor dado como entrada das compras parceladas, e, a prazo, as compras em que o pagamento não é imediato. Para compras a prazo, é multiplicado o total de compras do Quadro 26 pela porcentagem de compras a prazo disponível no Quadro 5. Já as compras à vista são obtidas através da subtração do total de compras do Quadro 26 pelas compras a prazo.

Quadro 29 – “Projeção de pagamentos (R\$)”

Mês	Parcelas	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Janeiro	2		409.500,00		
Fevereiro	4				
Março					
Abril					
[...]					
Novembro					
Dezembro					
Total			409.500,00		
Total de pagamentos		91.000,00	579.100,00		

O Quadro 29 apresenta o total das parcelas referentes às compras a prazo. Para isso, busca informações no Quadro 5 (prazo de pagamento) da base de dados, assim, consegue obter o valor de cada parcela no decorrer do ano. Ele prevê que, se o prazo de pagamento for igual a zero, então, não haverá parcelas, ou seja, todas as compras foram à vista. No final é apresentado um total de pagamentos de cada mês, somando as compras à vista disponível com o total de parcelas do mês

Quadro 30 – “Tributos sobre vendas (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPI e Simples Nacional) em Reais (R\$)”

IRPJ					
Produto	Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Dezembro
P1	5.250,00	3.000,00			
P2	3.000,00	4.860,00			
P3	5.600,00	4.200,00			
P4					
P5					
P6					
[...]					
P25					
Total	13.850,00	12.060,00			

P= produto

No Quadro 30, encontra-se o cálculo do tributo sobre venda de cada produto, multiplicando-se o preço de venda disponível no Quadro 9 pela quantidade vendida do Quadro 10 e pela alíquota do tributo do Quadro 11. Este Quadro é separado por tributo, pois cada tributo apresenta uma alíquota diferente que pode variar conforme o produto vendido.

Quadro 31 – “Resumo dos tributos sobre vendas (R\$)”

Tributo	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
IRPJ	13.850,00	12.060,00		
CSLL				
PIS				
COFINS				
ICMS				
IPI				
Simplex Nacional				
Total				

Para facilitar a visualização dos tributos sobre vendas, o cálculo do resultado e a projeção do fluxo de caixa, criou-se o Quadro 31 que apresenta um resumo mensal do total de cada tributo, que é a soma de todos os tributos.

Quadro 32 – “Total de vendas (R\$)”

Produto	Janeiro	Fevereiro	Março	[...]	Dezembro
P1	350.000,00	300.000,00			
P2	150.000,00	270.000,00			
P3	560.000,00	420.000,00			
[...]					
P25					
Total vendas	1.060.000,00	990.000,00			
Vendas a prazo	848.000,00	693.000,00			
Vendas à vista	212.000,00	297.000,00			

P= produto

O Quadro 32 traz informações sobre o total das vendas mensais, sendo que este valor é obtido pela multiplicação do preço de venda (Quadro 9) e da quantidade vendida (Quadro 10) de cada produto. As vendas a prazo são calculadas multiplicando-se o total de vendas pela porcentagem de vendas a prazo disponível no Quadro 8 da base de dados, e o resultado da subtração do total de vendas pelo total de vendas a prazo fornece as vendas à vista.

Quadro 33 – “Projeção de recebimentos (R\$)”

Meses	Parcelas	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Janeiro	8		106.000,00		
Fevereiro	5				
Março					
Abril					
Maio					
Junho					
Julho					
Agosto					
Setembro					
Outubro					
Novembro					
Dezembro					
TOTAL			106.000,00		

O Quadro 33 apresenta a parcela mensal das vendas a prazo. A entrada recebida no ato da venda é considerada como venda à vista. Ela apresenta as parcelas a serem recebidas dos clientes mensalmente, utiliza o Quadro 32 para inserir a informação das vendas a prazo e divide o total dessas vendas na quantidade de parcelas que foi informado no Quadro 8 da base de dados.

Quadro 34 – “Projeção de empréstimos e financiamentos”

Janeiro				
Mês	Saldo Devedor	Prestação	Amortização	Juros
Janeiro	25.000,00			
Fevereiro	23.083,00	2.292,00	1.917,00	375,00
Março	21.137,25	2.292,00	1.945,75	346,25
Abril				
Maio				
Junho				
[...]				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Fevereiro				
Mês	Saldo Devedor	Prestação	Amortização	Juros
Janeiro				
Fevereiro	10.000,00			
Março	9.275,13	974,87	724,87	250,00
Abril				
Maio				
Junho				
[...]				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				

O Quadro 34 apresenta os valores obtidos de empréstimos e financiamentos, a cada mês, calcula o valor das parcelas e dos juros mensais. Essas informações serão utilizadas posteriormente para o cálculo do resultado e do fluxo de caixa.

Quadro 35 – “Total de juros e total de pagamentos (R\$)”

Meses	Total de Juros pagos	Total de pagamentos
Janeiro	0,00	0,00
Fevereiro	375,00	2.292,00
Março		
Abril		
Maio		
Junho		
Julho		
Agosto		
Setembro		
Outubro		
Novembro		
Dezembro		

No Quadro 35, estão dispostos os totais de pagamentos e de juros pagos, referentes aos empréstimos e financiamentos, esses valores serão utilizados posteriormente para saber o resultado mensal e o fluxo de caixa da indústria.

No Quadro 36, está disposta a folha de pagamento para os funcionários. Nele estão disponíveis os salários fixos e variáveis mensais para cada funcionário, dados obtidos da base de dados Quadro 15, assim como a provisão das férias (Quadro 19) e seu adicional e 13º mensais (Quadro18). O total da folha de pagamento é feito mensalmente através da soma do salário fixo com o variável, as férias e adicional de 1/3, 13º salário, o valor pago de INSS patronal, o FGTS recolhido e demais contribuições. Este Quadro será utilizado como base para a projeção do resultado mensal da indústria, pelo fato de provisionar mensalmente o valor das férias e 13º salários, sendo que esses valores não são desembolsados todos os meses por ter cada funcionário um período específico para tirar férias e o 13º normalmente ser pago no final do ano. Para projeção do fluxo de caixa foi criada o Quadro 39.

O quadro 37 calcula a folha de pagamento mensal que a indústria tem com sócios, através do cálculo do pró-labore disponível no Quadro 16 da base de dados e do INSS patronal que incide sobre ele. O cálculo do INSS patronal é feito pela multiplicação do pró-labore pela alíquota de INSS disponível no Quadro 17.

Quadro 38 – “Total da folha de pagamento (resultado)”

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	[...]	Dezembro
8.934,40	7.631,11				

Para que os valores da folha de pagamento sejam importados para o resultado foi criada o Quadro 38 que informa o total gasto pela indústria com funcionários e sócios mensalmente. Se a industria aumentar os salários dos funcionários em determinado período do ano, demitir um funcionário ou trocar de sócio, o gestor financeiro irá informar nos Quadros 15 e 16 da base de dados, e os Quadros 35 e 36 absorverão essas informações realizando os cálculos necessários para que o resultado fique correto.

Para o fluxo de caixa não é aconselhável lançar mensalmente os valores de férias e 13º salário pois esses valores não são efetivamente pagos. Assim, foram criados os Quadros 39 a 41 que possuem as mesmas informações dos Quadros 35 a 37, porém não provisionam os valores que não são desembolsados mensalmente pela indústria com funcionários e sócios. Para isso estão disponíveis na base de dados os Quadros 19 e 21 onde o gestor informa o funcionário que terá férias e o mês respectivo, assim como o mês de pagamento do 13º salário para cada funcionário e essa informação será utilizada no Quadro 41 que totaliza o valor mensal pago pela indústria de férias, adicional de férias e 13º salário. No Quadro 42, estão dispostos os totais realmente desembolsados com pessoal, em cada mês, sendo que essa informação será levada diretamente ao fluxo de caixa.

Quadro 41 – “Cálculo de férias e 13º salários sobre a folha de pagamento (fluxo de caixa)”

Meses	Férias	0, 33333333	13º Salário	20%	8%	Total
		1/3 Férias		INSS Patronal	FGTS	
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maio						
Junho						
[...]						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						

Quadro 42 – “Total da folha de pagamento (fluxo de caixa)”

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	[...]	Dezembro
7.948,80	6.760,00				

Quadro 43 – “Depreciação mensal (R\$)”

Bem	Valor depreciável	Vida útil (anos)	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
B1	9.000,00	24	375,00	375,00		
B2	24.000,00	36	666,67	666,67		
B3	4.000,00	24	166,67	166,67		
[...]						
B30						
Total			1.208,33	1.208,33		

O Quadro 43 apresenta a depreciação dos bens da indústria, através do cálculo do valor depreciável que é o valor do bem menos o valor residual disponíveis na base de dados no Quadro 13, consegue-se chegar à depreciação do bem dividindo-se o valor depreciável pela vida útil. Esta tabela é importante para o cálculo do resultado.

Quadro 44 – “Resultado mensal (R\$)”

	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
Vendas	1.060.000,00	990.000,00		
À vista	212.000,00	297.000,00		
A prazo	848.000,00	693.000,00		
(-) Custos e despesas Variáveis	921.820,00	858.084,00		
Matéria-prima	907.970,00	846.024,00		
Tributos s/ vendas	13.850,00	12.060,00		
(=) Margem de contribuição total	138.180,00	131.916,00		
(-) Custos e Despesas Fixos	11.142,73	9.839,44		
Aluguel	600,00	600,00		
Propaganda	100,00	100,00		
Energia Elétrica	300,00	300,00		
Folha de pagamento	8.934,40	7.631,11		
Depreciação	1.208,33	1.208,33		
Juros		375,00		
(=) Resultado antes IRPJ E CSLL	127.037,27	122.076,56		
(-) Provisão para IRPJ	19.055,59	18.311,48		
(-) Provisão para IRPJ Adicional	10.703,73	10.207,66		
(-) Provisão para CSLL	11.433,35	10.986,89		
(=) Resultado líquido	85.488,60	82.570,53		
Lucros distribuídos	8.584,46			

O resultado mensal está disponível no Quadro 45. Nele praticamente todos os outros Quadros são utilizados de forma direta ou indireta, visto que apresenta as vendas à vista e a prazo (valores importados do Quadro 32), os custos e despesas variáveis, onde se tem a matéria-prima (importado do Quadro 27 de

custo de matéria-prima), apresenta ainda os tributos sobre vendas, informação retirada do Quadro 30. O cálculo das vendas menos os custos e despesas variáveis resulta na margem de contribuição e, para chegar ao resultado antes do IRPJ e CSLL, é necessário diminuir da margem de contribuição os custos fixos que são dados oriundos dos Quadros 14, 38 e 43. Se a indústria optar pelo lucro real, ainda tem-se, neste Quadro 44, o cálculo da provisão do IRPJ e seu adicional (se houver) e CSLL. Se a indústria obtiver lucro e optar por distribuí-lo, o valor distribuído será apresentado no final desta Tabela através da multiplicação da porcentagem total de lucro a ser distribuída a cada sócio (inserida no Quadro 18 da base de dados) pelo resultado mensal.

A projeção do fluxo de caixa é apresentada no Quadro 45, e o recebimento de clientes é obtido pela soma das vendas à vista do Quadro 32 com as parcelas do respectivo mês do Quadro 33. Na folha de pagamento, os dados são oriundos do Quadro 42, que foi criado somente para elaboração desta projeção. O valor referente a fornecedores é importado do Quadro 29, que apresenta o total de pagamentos mensais. O item pagamento de tributos calcula o valor de tributos a pagar. Ele subtrai os tributos sobre compras que são recuperáveis e soma os demais tributos que a empresa paga, para efetuar esse cálculo foram utilizados os Quadros 25, 31 e 44. Os valores de aluguel, propaganda, energia elétrica, água, telefone e internet são retirados do Quadro 15 da base de dados, que mostra os custos e despesas fixos do período. Essa planilha é aberta para inserção de mais dados necessários para a correta projeção do fluxo de caixa. Os campos dentro de “fluxo de caixa das atividades de investimento” ficam abertos para possíveis inclusões de dados, e isso vai depender da necessidade de o gestor informar. Já os campos dentro de “fluxo de caixa das atividades de financiamentos” apresentam os dados dos Quadros 34 e 44, sendo o primeiro de empréstimos e financiamentos e o segundo de resultado, onde, logo abaixo do lucro, mostra o valor a ser distribuído aos sócios.

Quadro 45 – “Fluxo de caixa projetado mensal”

Períodos	Janeiro	Fevereiro	[...]	Dezembro
	P	P	P	P
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	59.038,53	(233.450,03)		
Recebimentos de clientes	212.000,00	403.000,00		
Folha de pagamento	(7.948,80)	(6.760,00)		
Fornecedores	(91.000,00)	(579.100,00)		
Pagamento de tributos	(53.012,67)	(49.590,03)		
Aluguel	(600,00)	(600,00)		
Propaganda	(100,00)	(100,00)		
Energia elétrica	(300,00)	(300,00)		
Água				
Telefone				
Internet				
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Juros recebidos				
Compra de ativo imobilizado				
Venda de equipamentos				
Dividendos recebidos				
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	15.345,17	7.708,00		
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos		(2.292,00)		
Contratação de Empréstimos e Financiamentos	25.000,00	10.000,00		
Distribuição de Lucros	(8.584,46)			
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	75.454,07	(225.472,03)		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		75.454,07		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA AO FIM DO PERÍODO	75.454,07	(150.287,96)		

P = projetado

Fonte: Adaptado de: Pronunciamento técnico CPC 03 (2010)

Quadro 46 - “Fluxo de caixa projetado, realizado e defasagem mensal (R\$)”

Períodos	Janeiro			Fevereiro		
	P	R	D	P	R	D
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	59.038,53			(233.450,03)		
Recebimentos de clientes	212.000,00			403.000,00		
Folha de pagamento	(7.948,80)			(6.760,00)		
Fornecedores	(91.000,00)			(579.100,00)		
Pagamento de tributos	(53.012,67)			(49.590,03)		
Aluguel	(600,00)			(600,00)		
Propaganda	(100,00)			(100,00)		
Energia elétrica	(300,00)			(300,00)		
Água						
Telefone						
Internet						
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Juros recebidos						
Compra de ativo imobilizado						
Venda de equipamentos						
Dividendos recebidos						
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	15.345,17			7.708,00		
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos				(2.292,00)		
Contratação de Empréstimos e Financiamentos	25.000,00			10.000,00		
Distribuição de Lucros	(8.584,46)					
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	75.454,07			(225.472,03)		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO				75.454,07		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA AO FIM DO PERÍODO	75.454,07			(150.287,96)		

P = projetado; R = realizado; D = defasagem.

Fonte: Adaptado de: Pronunciamento técnico CPC 03 (2010)

O Quadro 46 foi elaborado com o intuito de fazer uma comparação do fluxo de caixa projetado com o realizado, informando a defasagem que a indústria teve no período e direcionando a visão dos gestores aos pontos em que precisa melhorar. Através deste Quadro o gestor financeiro tem a possibilidade de verificar se o que foi planejado está sendo realizado e onde a indústria precisa melhorar.

Os dados da coluna P (projetado) são importados do Quadro 45, já a coluna R (realizado) devem ser inseridos manualmente pelos gestores financeiros.

5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Este trabalho teve como objetivo principal a utilização de planilhas eletrônicas como ferramenta de auxílio na gestão financeira de micro e pequenas indústrias, com intuito de auxiliar os gestores financeiros a manter a liquidez das empresas, com isso auxiliá-los na tomada de decisões acerca de questões financeiras.

Para que o objetivo fosse alcançado, foram criadas várias planilhas eletrônicas, começando com uma base de dados, que serve, ao ser manuseada pelos gestores financeiros, para entrada de informações, além de planilhas de projetam as compras mensais, os custos, as vendas, os empréstimos, os gastos mensais com folha de pagamento, além de projetarem o resultado mensal e finalmente o fluxo de caixa.

Buscando atingir o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo, foram utilizados conhecimentos da área de contabilidade tributária, no que diz respeito aos tributos sobre compras, vendas e lucro. O Conhecimento de custos também foi importante para elaboração das planilhas relacionadas com o resultado. E finalmente para elaborar o modelo de gestão financeira, utilizou-se bastante o conhecimento de finanças empresariais, que serviu de embasamento para elaboração das planilhas relacionadas ao fluxo de caixa.

O presente estudo tem a intenção de contribuir para o desenvolvimento das indústrias, buscando facilitar o trabalho dos gestores, que a partir das planilhas criadas, perderão menos tempo em prever os acontecimentos financeiros podendo analisar melhor as decisões a serem tomadas. E além de contribuir com a ciência podendo ser utilizado para dar embasamento a construção de novos modelos ou a criação de novas planilhas.

Tendo este trabalho como objetivo principal a utilização de planilhas eletrônicas como ferramenta de auxílio na gestão financeira de micro e pequenas indústrias. O resultado foi satisfatório, visto que foi possível a elaboração do

modelo utilizando-se do Microsoft Excel e de estudos relacionados a custos, tributos e finanças, além de normas que fazem parte das Ciências Contábeis e que são de suma importância para o estudo que relaciona-se a parte contábil das indústrias.

REFERÊNCIAS

BERK, J.; DEMARZO, P.; HARFORD, J. **Fundamentos de finanças empresariais**. Tradução: Christiane de Brito Andrei; consultoria e revisão técnica desta edição: Adriano Leal Bruni. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 08 de junho de 2011.

BRASIL. Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. **Presidência da República**. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10637.htm> Acesso em 30 de junho de 2011.

BRASIL. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro 2003 **Presidência da República**. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.833.htm>. Acesso em 30 de junho de 2011.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços**: com aplicação na calculadora HP 12C e Excel. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CORREA, V. de S. **Contribuição do Fluxo de Caixa para o Equilíbrio Financeiro de uma Indústria Metalúrgica de Pequeno Porte**. Porto Alegre, 2009.

DECRETO Nº 6.957, de 9 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www2.dataprev.gov.br/fap/Dec6957.pdf>> 27 set 2011>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

DIEHL, A. A., TATIM, D. C. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DUTRA, R. G. **Custos**: uma abordagem prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC Nº 108 de 22 de junho de 2004 – Disponível em<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/inss-dc/2003/100.htm>> Acesso em 22 de junho de 2011

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades/FIPECAFI**, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas 2001.

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em 23 de junho de 2011.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, L. M. de. et al. **Manual de contabilidade tributária**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REVSON, M. Disponível em <<http://www.via6.com/topico/41/formas-de-tributacao>> acesso em 08 de junho de 2011.

SANTOS, J. J. **Análise de custos**: remodelado com ênfase para sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOARES, José Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Disponível em: <WWW.jjsoares.com/media/.../Pesquisa%20_Cientifica_novo.doc>. Acesso em: 29 de junho de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT/. 6 ed. Ver. E ampl. Santa Maria: Ed da UFSM, 2006.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira**. 10ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

ZDANOWICZ, José E. **Fluxo de Caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro 10. Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.